

POLÍTICAS PÚBLICA DE CULTURA NO CEARÁ: UMA HISTÓRIA

IX Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Rodrigo Soares Lopes, Danyelle Nilin Goncalves

O presente trabalho tem como intuito realizar uma revisão teórica sobre a construção das políticas públicas de cultura no Ceará, tendo a criação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), em 1966, como um marco do esforço pela institucionalização da cultura no estado. A SECULT foi a primeira secretaria de cultura criada no Brasil, essa realidade demarca certo pioneirismo por parte do Ceará, sobretudo, em um momento no qual o estado não ocupava lugar de destaque no que as tange as relações políticas e econômicas. A institucionalização de políticas culturais, desde seus primórdios, não pode ser pensada de forma destacada das relações da SECULT com as demais instituições de poder (federal e municipal). Logo, o texto se esforça em apresentar as relações dos agentes políticos da esfera estadual com a esfera federal, esse processo acaba por evidenciar momentos importantes da história brasileira, bem como a relação do regime civil-militar com a instância cultural, passando pelo período de redemocratização e as novas nuances que se propunham para a cultura, o surgimento de políticas de renúncia fiscal e a emergência de um projeto, encabeçado pelo Ministério da Cultura (MinC), em 2003, que buscava propor um pacto federalista na área da cultura. Para tais reflexões é angular a exposição e o diálogo com o pensamento de Barbalho (1998; 2005), Rubim (2010; 2015), Cunha Filho (2010), Calabre (2015), Botelho (2001), uma vez que tais autores dedicaram considerável parte de suas trajetórias para pensar os avanços e entraves das políticas públicas de cultura no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Institucionalização. SECULT.